



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



LEVANTAMENTO DE AÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA AUTISTAS EM UMA ESCOLA ESPECIALIZADA DE GUARULHOS.

Michele Farias da Silva¹, Bianca Ferreira², Geovana Melissa Castrezana Anacleto³,
Leovaldo da Silva Alcântara⁴

1. Estudante - curso de Psicologia; e-mail: michelefarias396@gmail.com;
2. Estudante - curso de Psicologia; e-mail: Bianc4ferreira@outlook.com;
3. Professora – UMC; e-mail: geovanamc@umc.br;
4. Professor - UMC; e-mail: leovaldoalcantara@umc.br.

Área de Conhecimento: Psicologia; Análise do Comportamento; Educação.

Palavras chave: Transtorno do Espectro Autista; Sexualidade; Educação Sexual; Análise do comportamento Aplicada (ABA).

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma disfunção neurológica que se caracteriza principalmente por dificuldades na interação social, deficiência na comunicação, comportamentos estereotipados e interesses restritos (Associação Brasileira de Pediatria, 2019). Ainda segundo a mesma organização, a gravidade dos sintomas varia de acordo com o grau do espectro, o indivíduo acometido tende a isolar-se do mundo externo, desenvolver hábitos obsessivos como a repetição de movimentos e comportamentos, apego a rotinas e rituais, fixação exacerbada em assuntos específicos, pouco ou nenhum contato visual e uso incomum ou ausência da linguagem. Atualmente 1 em cada 160 crianças têm o transtorno, que aparece na infância e persiste até a idade adulta, os sujeitos acometidos pelo transtorno são com frequência “vítimas de estigmatização, discriminação e violações de direitos humanos. Globalmente, o acesso aos serviços e apoio para essas pessoas é inadequado” (OPAS e OMS, 2019). Por conta dos déficits em habilidades sociais, de interação e comunicação esses indivíduos podem ter muitos desafios no exercício de sua sexualidade, em proporções diversas que dependem do grau de severidade no espectro, os denominados autistas de auto funcionamento (nível I de suporte) possuem dificuldade de socialização, enquanto aqueles de grau moderado a severo (nível II e III de suporte) podem apresentar comportamentos sexuais inadequados socialmente, isso faz com que, fiquem expostos a situações de risco como violência e abuso sexual, ou até mesmo tornem-se os próprios agentes infratores, sem sequer perceberem (LOPES et al., 2018). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN n.º 9394/96 define enquanto responsabilidade da família e do estado a educação do indivíduo objetivando seu pleno desenvolvimento enquanto cidadão. Além disso a orientação da sexualidade está inclusa nos parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), a cartilha esclarece que é função da escola estimular discussões, incentivar reflexões e apresentar orientações embasadas cientificamente, em caráter pedagógico e coletivo complementando as informações que os alunos já possuem. Indivíduos neuro-típicos, em sua maioria, apreendem sobre o exercício da sexualidade através da observação de pares e busca espontânea por informações, algo quase impossível para alguns autistas (OTTONI



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



E MAIA, 2019). Por isso, no que tange a educação especial, a lei orienta as instituições adequarem o programa conforme as singularidades do seu público, com autonomia para definir as estratégias, ferramentas e materiais que serão utilizados, desde que estes tenham respaldo técnico-científico (BRASIL, 1997).

OBJETIVOS

Identificar ações sobre educação sexual para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela equipe pedagógica em uma escola de Guarulhos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, busca reunir informações à cerca do fenômeno estudado no contexto em que este ocorre, à fim de gerar conhecimento para aplicação prática e resolução de problemas específicos (FONTELLES et al, 2009). Utilizou-se o método exploratório e o delineamento de levantamento com vistas a analisar e formular hipóteses referentes a um tema com escassa produção teórica (FONTELLES et al, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participante inquerida atua na instituição há 8 anos, leciona para duas turmas, a primeira com alunos comprometidos fisicamente e/ou intelectualmente de forma severa e a segunda com alunos que possuem repertório verbal e não apresentam comprometimentos físicos expressivos. Citou que a instituição norteia seus programas a partir da análise do Comportamento Aplicada (ABA), ciência mais indicada no tratamento ao Autismo devido aos altos índices de efetividade (CAMARGO e RISPOLI, 2013). Citou que a emissão de comportamentos sexuais inapropriados como a masturbação e toque nas partes íntimas empreendidos em ambientes públicos são frequentemente observados por ela, entretanto a instituição orienta a direcioná-los ao banheiro e deixá-los à vontade, porém este não é um procedimento efetivo de intervenção. O mais indicado seria a formulação de programas individualizados e sistematicamente planejados, primeiramente orientando a família que apesar dos déficits em habilidades sociais que os alunos possam apresentar, se desenvolvem fisicamente e sexualmente conforme a idade cronológica (BRILHANTE et al, 2021). Além disso, deve-se ensinar ao educando o local específico em que tais comportamentos podem ser emitidos funcionalmente, por exemplo em seu quarto, reduzindo a probabilidade de generalização para outros ambientes (MCLAY et.al, 2015). Apesar de o Projeto Político pedagógico da instituição atribuir a educação sexual enquanto responsabilidade da escola e da família, em consonância com os Parâmetros Curriculares nacionais (BRASIL, 1997), segundo a participante, o assunto só é discutido na escola, quando existe questionamento direto por parte dos alunos, de forma sucinta e em roda de conversa. Contudo, as dificuldades em interação social e compreensão de figuras de linguagem tornam ineficaz esse tipo de educação sexual abstrata, o ideal seria a adoção de práticas estruturadas, repetitivas e com recursos concretos como instruções visuais, uso de vídeos e histórias sociais, além de abordar o assunto de forma clara e específica (OTTONI E MAIA, 2019).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo permitiu identificar na prática quais os comportamentos e demandas sexuais de indivíduos com TEA no contexto educacional, da



escola em questão, bem como analisar as orientações que a educadora recebe da instituição quanto ao manejo desses comportamentos e quais as intervenções e atividades propostas por ela dentro desta temática em sala de aula. As informações colhidas possibilitaram confirmar a hipótese inicial de que a educação sexual não é, de fato, colocada enquanto atribuição na prática pedagógica. A entrevista foi realizada no momento em que o Estado de São Paulo se encontrava na fase vermelha das medidas de contenção da Covid-19, com isso, a direção da escola permitiu o encontro com apenas uma colaboradora que, durante a interlocução, trouxe respostas redundantes e vagas resultando em uma coleta de dados muito distinta da que havia sido planejada, com isso, os resultados deste estudo, embora muito importantes, apresentam limitações acerca da capacidade de generalização. Foi possível concluir que a escola não segue nem mesmo as diretrizes da legislação sobre educação sexual. Considerando a ausência da educação sexual um fator de risco ainda maior para autistas e a escassa produção teórica a respeito, sobretudo quando associada a necessidades especiais, é preciso que as instituições invistam em treinamento para que seus profissionais possam trabalhar este conteúdo com a naturalidade que ele exige. Produzam referências técnicas para tal, de modo que as intervenções sejam efetivas, além de articularem tais estratégias junto as famílias. Por fim, sugere-se novos estudos que levantem as ações sobre educação sexual para autistas, com uma coleta de dados mais abrangente que possibilite a generalização dos resultados. Além de pesquisas que abordem a questão sob o ponto de vista dos próprios autistas, para que esses indivíduos tenham seus sentimentos e desejos reconhecidos, validados e naturalizado.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Pediatria. **Manual de Orientação: Transtorno do Espectro do Autismo**. Abril. 2019. Disponível em: https://www.s1bp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 02. Nov. 2

BRASIL/MEC. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação Sexual**. v. 10. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes et al. **“Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 02 [Acessado 13 Agosto 2021] , pp. 417-423. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>>. Epub 12 Fev 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.407920>

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. **Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos**. *Revista Educação Especial*, Vol.26, nº47, set. a dez. 2013.

FONTELLES, M. J et al. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a elaboração de um Protocolo de Pesquisa**. 2009. 8 páginas. Projeto de Pesquisa – Universidade da Amazônia (UNAMA), Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa, 2009.



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



Folha informativa: **Transtorno do espectro autista**. In: OPAS/OMS Brasil. Brasília, abril. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>. Acesso em: 02 de Novembro de 2019.

LOPES et al. **Transtorno do Espectro Autista e Sexualidade**. Rev. Investigação Qualitativa em Saúde. Fortaleza, v.2. 2018.

McLay, L., Carnett, A., Tyler-Merrick, G. et al. **Uma revisão sistemática de intervenções para comportamento sexual impróprio de crianças e adolescentes com deficiências de desenvolvimento**. Rev J Autism Dev Disord **2**, 357–373 (2015)

OTTONI, Ana Carla Vieira; MAIA, Ana Claudia Bortolozz. **Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1265-1283, jul. 2019.